

Este número resulta de um estudo promovido pelo Instituto da Defesa Nacional sobre políticas externas e de segurança dos pequenos e médios estados europeus (PMEE) e da realização de um seminário internacional onde os resultados do mesmo foram apresentados. Este projecto teve dois propósitos específicos. Por um lado, contribuir para a formação de uma base de reflexão teórica e empírica consentânea com o mandato do Instituto da Defesa Nacional, no que respeita à investigação e à difusão do conhecimento sobre segurança e defesa. Por outro, desenvolver uma base de trabalho consentânea com recomendações sobre optimização de políticas e estratégias de orientação no quadro das organizações internacionais de que Portugal é estado membro. Três motivações justificaram a realização do presente estudo. Em primeiro lugar, preencher lacunas no âmbito nacional no domínio da conceptualização e teorização sobre acção dos pequenos e médios estados, no que concerne à adaptação e formulação integrada de políticas de segurança e de defesa no quadro das organizações. Em segundo, conciliar a reflexão teórica com a aplicação prática, pela via do desenvolvimento de um estudo comparado sobre estados com interesses semelhantes aos de Portugal. A similitude com Portugal pode ser observada pelo: alinhamento externo preferencial com a NATO por parte de alguns daqueles estados (Holanda, Dinamarca); pela existência de políticas coloniais de longa duração (caso da Holanda cujo o último processo de descolonização, tal como no caso português, ocorreu em 1975); pela sua posição “periférica” em relação à Europa política e económica continental; pela presença de estados vizinhos dominantes (Holanda e Dinamarca em relação à Alemanha ou Irlanda em relação ao Reino Unido) e pela sua tradicional posição internacional neutral (Suécia). Em terceiro, por via da adopção de uma metodologia comparativa procurou-se identificar linhas de continuidade e mudança das respectivas políticas de segurança e defesa.

Os estudos pedidos aos autores foram orientados pela identificação prévia de questões salientes, que contribuiriam para a identificação de processos de adaptação produzindo resultados que concorreram para a construção de um modelo de orientação

estratégica para os PMEE, no contexto europeu e atlântico, com base em determinadas orientações de política externa, de segurança e defesa. A adopção de estratégias de adaptação semelhantes, por parte daqueles estados, é um indicador de práticas políticas bem sucedidas, pelo que proporciona uma sólida base de avaliação de optimização de políticas e estratégias de orientação.

Teoricamente os autores reflectiram sobre a relação entre relevância normativa (valor das normas, princípios disseminados e instituição de códigos de conduta internacional ou de boas práticas) e eficácia (recursos materiais disponibilizados) na forma como os estados interiorizam orientações e práticas que emanam das organizações internacionais às quais pertencem.

Os contributos que constam deste número refutam várias ideias instituídas sobre os pequenos e médios estados europeus. Em primeiro lugar, a ideia de que o estudo dos PMEE carece de um modelo de análise específico dado o tipo de condicionalidades externas a que estão confinados no domínio da política externa, de segurança e defesa (cf. Walter Carlsnaes e Isabel Ferreira Nunes). Em segundo a noção de que os PMEE embora partilhem de preferências distintas daquelas observadas entre as grandes potências adoptam estratégias semelhantes para as alcançar (cf. Miguel Freire). Em terceiro a de que os PMEE tendem a dar prioridade a uma relação privilegiada com a NATO e com os Estados Unidos em simultâneo com o estreitamento de relações e de compromissos no quadro da União Europeia (cf. Carlos Gaspar, Miguel Monjardino<sup>1</sup>, Rob de Wijk, Henrik Larsen, Ben Tonra e Sonja Kopf e Lisbeth Aggestam). Daqui resulta que os PMEE são afectados por condicionalidades semelhantes às dos grandes estados, que partilham de interesses similares e que desenvolvem relações inclusivas e de complementaridade com a NATO e a União Europeia.

O Instituto da Defesa Nacional agradece à Representação da Comissão Europeia em Portugal, em particular à Dr<sup>a</sup> Margarida Marques e Dr. Manuel Romano, o apoio dado à realização do seminário e aos moderadores dos painéis Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira e General José Loureiro dos Santos.

Isabel Ferreira Nunes

---

<sup>1</sup> Texto a publicar oportunamente.